



## Proc. Administrativo 29- 406/2023

---

**De:** Alexandre J. - PGM-DCJ

**Para:** SF - Secretaria de Finanças

**Data:** 27/07/2023 às 08:16:08

**Setores envolvidos:**

GP, PGM-DCJ, SF, SF-DTRIB, SF-DCL, SS, SS-FMS, SE-AE

### Pregão 46-2023 - Proc. 126-2023 - RP Mat. Odonto, Fisio, Lab. e Hospitalar

Segue em anexo o Parecer solicitado.

—  
**Alexandre Vanin Justo**  
ADVOGADO OAB/PR 45.942

**Anexos:**

Parecer\_Analise\_Final\_de\_Edital\_de\_Pregao\_Eletronico\_Registro\_de\_Precos\_n\_46\_2023\_Processo\_126\_2023.pdf



**MUNICÍPIO DE CÉU AZUL**  
**Estado do Paraná**  
**Procuradoria Geral do Município**

**PARECER JURÍDICO**

**ASSUNTO:** PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2023

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 126/2023

**INTERESSADO:** COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

PARECER FINAL. PREGÃO LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. **Registro de preços de material laboratorial, material de odontologia, material para a clínica de fisioterapia e material hospitalar para utilização nas Unidades Básicas de Saúde em atendimento aos pacientes do SUS. O registro de preços terá vigência de 12 meses,** mediante as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos. ANÁLISE DOCUMENTAL PARA FINS DE HOMOLOGAÇÃO DO PLEITO LICITATÓRIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 38, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93.

**I. DO RELATÓRIO**

Trata-se de Processo Licitatório no qual a Comissão Permanente de Licitação requereu Parecer Final sobre o Pregão Eletrônico para Registro de Preço Nº 39/2023, referente ao Processo Administrativo nº 126/2023, para **registro de preços de material laboratorial, material de odontologia, material para a clínica de fisioterapia e material hospitalar para utilização nas Unidades Básicas de Saúde em atendimento aos pacientes do SUS,** nos termos da ata final, lista de vencedores e termo de adjudicação.

A matéria é trazida à apreciação jurídica para cumprimento do parágrafo único do art. 8, IX, do Decreto nº 10.024 de 2019, que regula o pregão, na forma eletrônica.

É o que se relata.



**MUNICÍPIO DE CÉU AZUL**  
**Estado do Paraná**  
**Procuradoria Geral do Município**

**II - DA ANÁLISE JURÍDICA**

Ressalta-se que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

Pois bem, primeiramente, verifica-se que na fase inicial, leiam-se os trâmites administrativos sobre o processo licitatório, já houve a análise jurídica por parecer, bem como, sobre a regularidade da minuta do edital e do contrato aos parâmetros legais contidos no Decreto nº 5.450, de 2002, na Lei 8.666/93, na Lei nº 10.024/19 e nos princípios gerais de direito.

Em análise a ata presente nos autos, verificasse que o procedimento transcorreu normalmente, com participação de várias empresas licitantes (*Medlab Produtos para Saúde Ltda, KCRS Comercio de Equipamentos Dental Show, K & M Medical, Digito Comercial, Licite Saúde Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Delta Shop, Macmed Soluções em Saúde, Cirúrgica Itamaraty Comercia, Labnorte, VP Medicamentos, Salvi e Lopes e Cia Ltda, A.C.L Assistência e Comércio de Produtos para Laboratórios, Dismath Distribuidora de Materiais Médicos e Hospitalares, Altermed, MZZ Comércio de Produtos para Saúde, Hortoplus, Eco Farmas, Amarildo Baseggio & Cia Ltda e Crismed Comércio de Produtos para Saúde Ltda*), assim como o registro de suas propostas, apresentação de documentos de aceitabilidade de proposta, abertura da fase de disputa de lances.

Em relação a interposição de impugnações/recursos no presente certame, contata-se manifestações que já foram apreciadas por estar procuradoria jurídica

Desta feita e considerando todos os itens presentes no referido Sistema de Registro de Preço, foram adjudicadas as empresas vencedoras que apresentaram a melhor proposta com relação ao critério “melhor/menor preço por item”, nos termos dos itens mais vantajosos à administração, conforme constante em relação de vencedores do Processo e Termo de Adjudicação.

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426 – Centro – CEP 85840-000 – Céu Azul – PR  
Fax 3266-1755

Fone (45) 3266-1122



## MUNICÍPIO DE CÉU AZUL Estado do Paraná

### Procuradoria Geral do Município

Consta informação do Pregoeiro que os lotes: 13, 26, 27, 29, 33, 34, 35, 36 e 40 ficaram desertos e lotes: 2, 14, 23, 24 e 25 ficaram fracassados.

Em relação aos itens adjudicados houve uma economicidade média de 23,01 (vinte e três vírgula um por cento), tendo em vista que o valor total dos itens licitados correspondiam ao valor de R\$ 91.228,42 (noventa e um mil, duzentos e vinte e oito reais e quarenta e dois centavos) e o valor atingido foi de R\$ 59.216,52 (cinquenta e nove mil, duzentos dezesseis reais e cinquenta e dois centavos).

Diante do exposto, evidenciado que a Comissão Permanente de Licitação, na figura da Presidente da CPL, com a equipe de apoio, procedera em todos os atos inerentes ao procedimento licitatório, em consonância especialmente com a Lei nº 10.024/19, Decreto 5.450/05 e à Lei nº 8.666/93.

É de observar a existência de competitividade entre os participantes, agindo em estrita observância aos princípios da supremacia do interesse público, eficiência, economicidade, razoabilidade, isonomia, legalidade e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos do art. 5º do referido decreto do Pregão Eletrônico.

Quanto mais, nossa conclusão é de que o processo se encontra regular, completo e plenamente em acordo com a legislação aplicável, estando em condição de ser homologado pela Administração, na pessoa de seu Gestor, ou seja, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

### III - DA CONCLUSÃO

Dada a regularidade do certame, que foi realizado na modalidade Registro de Preço em Pregão Eletrônico, dando transparência, lisura, legalidade, modalidade e probidade ao processo, é o presente para se opinar pela HOMOLOGAÇÃO do procedimento, eis que preenche os requisitos exigidos pelo Decreto nº 10.024/2019, que rege o procedimento do Pregão Eletrônico, e pelas Leis 10.520/02 e nº. 8.666/93, bem como suas alterações posteriores, dando condição satisfatória à sua adjudicação e homologação das propostas.



**MUNICÍPIO DE CÉU AZUL**  
**Estado do Paraná**  
**Procuradoria Geral do Município**

É o parecer, salvo melhor juízo.

Céu Azul, 27 de julho de 2023

**ALEXANDRE VANIN JUSTO**  
PROCURADOR - OAB/PR N° 45.942  
MATRÍCULA N° 2380-9



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6CC1-BEF5-13D1-9BEE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALEXANDRE VANIN JUSTO (CPF 019.XXX.XXX-21) em 27/07/2023 08:16:35 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ceuazul.1doc.com.br/verificacao/6CC1-BEF5-13D1-9BEE>